



O JORNAL PEQUENO A SERVIÇO DA DIVULGAÇÃO DAS IDEIAS DE EUGENIA: O CASO DO FILME “O PRETO QUE TINHA ALMA BRANCA” (1930)¹

Débora Kelly da Silva Ferreira
Graduanda em Lic. em História
Universidade Federal de Pernambuco
E-mail: dksf02@gmail.com

RESUMO: O Jornal Pequeno, um periódico vespertino que circulou na cidade do Recife a partir do ano de 1899 até 1955, se constituiu enquanto elemento de formação de opiniões e atuou como “agente do progresso”. Ao mesmo tempo em que divulgava em suas edições os ideais modernistas, de progresso, de civilidade e dos bons costumes, o jornal os tinha como prioridades em suas páginas, uma vez que a população deveria se mostrar como verdadeiros civilizados, possuindo referências aos costumes parisienses. Nesse sentido, destacavam sempre os atrasos da população, assim como na cidade do Recife, publicou com frequência denúncias e perseguições às “jogatinas”, aos pretos e pobres, mulheres e, sobretudo, as culturas de matriz africana, sua principal vítima. Isto posto, em suas últimas páginas das edições, dedicava-se às mais variadas divulgações, destacando-se na década de 1930, na sessão de *Teatros e Cinemas*, a tão esperada exibição do filme “O preto que tinha alma branca”, em que nas suas três versões - de 1927, 1934 e 1951, se retrata, além do *blackface*, o branco como indefeso e os negros esterioripados em rituais um tanto quanto macabros. Assim, fica claro, a partir desse exemplo e de outros, a contribuição do Jornal Pequeno na mentalidade racista e eugenista da época que circulou no Recife, a partir do que publicava.

Palavras-chave: periódico; eugenia; filme.

Com a instauração da República, sob a propaganda e busca pela modernidade e o progresso, o modelo republicano desenvolveu maneiras de impor determinados lugares às pessoas de cor, de forma que a elite idealizasse mecanismos de controle para a

¹ Artigo oriundo da pesquisa inicial do Programa Iniciação Científica (PIBIC) e CNPQ da UFPE, de 2022 a 2023, sob orientação do prof. Dr. José Bento Rosa da Silva (PPGH/UFPE).

permanência dos resquícios de subalternidade e da não humanização dos negros, muito embora a máquina propagandística republicana investisse em dizer ao contrário. As formas de exclusão raciais e da construção de olhares sobre o outro, isto é, do negro, vistos nesse período da História, foram efetivadas a partir da corroboração das publicações dos jornais da época, assumindo uma postura que se seguia em nome da ordem e do progresso.

Neste trabalho, pretende-se analisar o discurso do Jornal Pequeno, vespertino de grande circulação no Recife, sendo proprietário e diretor Thomé Gibson, entre os anos de 1899² a 1955, considerando um jornal de referência nesse período e que corroborou com os ideais de modernização, progresso, civilidade, da moral, dos bons costumes e da higiene. Assim, os discursos legitimaram a perseguição e criminalização dos cultos de matriz africana, vulgarmente denominados de catimbó, bem como apoiaram a destruição dos insalubres mocambos em nome da higiene e da estética, por isso, a cultura africana e seus representantes, isto é, a população negra e pobre, passaram a ser suas principais vítimas.

O local de investigação é a cidade do Recife, a partir dos anos de 1898 a 1930, dado o surgimento do Pequeno Jornal nove anos após a Proclamação da República e ao ser substituído pelo Jornal Pequeno, analisando as tessituras de intensificação das transformações modernizadoras da cidade projetáveis para a marginalização das pessoas de cor, assim como as técnicas de impressão dos periódicos, nos quais acompanhou o jornal, sendo este o motivo pelo qual escolheu-se esse marco temporal. O trabalho com esse periódico utilizando-o como fonte documental, disponível na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional, foi crucial para entendê-lo para além de páginas informativas de noticiários sendo, sobretudo, formadores de opiniões e de representações do outro, principalmente, por serem os redatores e diretores do Jornal Pequeno pertencentes a uma elite das letras voltada a uma oligarquia de empreendimentos jornalísticos direcionada aos leitores urbanos de camadas médias.

Como poderá ser visto ao longo deste trabalho, o Jornal Pequeno não só influenciava o seu público leitor com as páginas de notícias, ataques aos governadores - como menciona Nascimento (1966, p. 377) ao aludir às trocas de insultos do periódico e do governador Sigismundo Gonçalves-, convocação da polícia com as desordens das ruas,

² Surge, primeiramente, o Pequeno Jornal, em 1898, impresso nas dependências do Jornal do Recife e, após sua censura, ressurgiu como Jornal Pequeno, em 1899, mantendo o mesmo corpo redacional, mas não o mesmo proprietário.

sessões de “humorismos”, de contos históricos, controladores de condutas e de como se portar, como também compartilhava a crença da inferioridade, irracionalidade e não humanidade das pessoas negras, uma vez que estavam imbuídos das teses eugênicas e do racismo dito “científico” - tratava de tudo um pouco pregando neutralidade/imparcialidade e, principalmente, uma variedade de temáticas para atender públicos diferente, cumprindo o que Cohen (2021, p. 125) tratou acerca de oferecer uma multiplicidade tendo em vista um caráter mercadológico. Evidentemente, os exemplos mencionados aqui são somente alguns dos casos pela busca de adequação dos bons costumes em prol da civilidade e higiene que difundia o jornal, centrando em analisar aqui os casos de “perseguições” às pessoas de cor e sua cultura.

No final do século XIX para início do XX, considerando o contexto da cidade do Recife, viram-na enquanto palco de grandes transformações devido às urgências daquele novo tempo, como ressaltou Arraes (2011, p. 118). Por ter havido no início da República expectativas de rompimento com antigo regime, renovação política, transformações sociais e culturais, procurar entender as faces da modernidade é desafiador, considerando que, conforme argumentou Rezende (2016, p. 19), “[...] as contradições, as ambiguidades, as tênues fronteiras entre o novo e o velho, as dificuldades de conceber a dimensão das mudanças [...] da modernização” urgem de ser igualmente analisadas diante do objetivo. Os encantamentos pela aceleração da modernidade em detrimento de um Recife encarado como velho e atrasado pelo seu passado escravista, revela a linha tênue entre o novo e o velho. Dessa forma, como perceber o que se esconde debaixo dos discursos deslumbrantes acerca da modernidade e do que o “império do progresso” nos mostra? Em que momento se acaba o velho e se dá início ao novo? Por essa razão, como pontua Rezende (2016, p. 166), é mais que necessário que se teçam olhares sobre as ruínas e, sobretudo, às barbáries que os agentes da marcha progressista contagiaram e ainda nos contagiam, urge perceber os momentos e as astúcias do que prometem as modernizações e do que estão vestidos e maquiados.

A irresistível República, conforme caracterizou Carvalho (2017), que alterou tanto o quantitativo de habitantes, de composição étnica e de estrutura populacional, a mesma que permanecia com as mesmas problemáticas, foi rapidamente exaurida da sua essência dita livre e democrática, ao buscar substituir um modelo de governo por outro incidindo constituir uma específica nação, pretendendo cada republicano ao seu modo, pensar numa solução desejada para desenvolver tal projeto, segundo Carvalho (2017, p. 25), e fincou as raízes numa política liberal, assumindo o darwinismo social que, muito

embora houvesse sido abolida a escravidão, a sociedade era configurada por “desigualdades profundas e pela concentração do poder. [...] o liberalismo adquiria um caráter de consagração da desigualdade, de sanção da lei do mais forte” (Carvalho, 2017. p. 27). O Recife saudoso, do qual escreveu Mário Sette quando menciona que não se esquece “[...] os traços marcantes da fisionomia de uma cidade. Quem há mais de século viveu e no presente ressuscitasse não se perturbaria com as transformações [...] ao ponto de nela deixar de encontrar [...] motivos de recordações e saudades [...]” (Sette, 2018. p. 91), despontava com seus espíritos reformistas e dos ideais de civilização aos moldes que tinha a Paris de Haussmann, conforme destaca Arraes, e ainda, as elites preocuparam-se em deslocar o problema da escravidão e, portanto, o problema do negro e da raça, para o âmbito da educação e da saúde, conforme trata Engel (2013, p. 48).

Dentro dessa perspectiva, com o avanço da medicina social e das medidas de higiene disfarçadas de discurso eugênico, fruto das ideias neolamarckistas, no início dos anos XX, a preocupação era voltada a máxima de “sanear e eugenizar”, enfatizando as causas dos ditos “venenos raciais”³ à população de cor, anunciando sempre a “regeneração racial”, “limpeza racial”, “saneamento racial” e ainda “higiene racial”, analisado por Souza (2012, pp. 2-5).

Nesse sentido, seguindo o viés eugênico, o Jornal Pequeno não deixou a desejar: a sua “vítima preferencial”, ou seja, a população de cor do Recife e sua cultura, tiveram um lugar “especial” nas suas páginas. Assim, fazendo jus ao conceito desenvolvido pela historiadora Maria de Lourdes Eleutério (2021) acerca de uma “imprensa a serviço do progresso”, o jornal empreende as perseguições diante do contexto de surgimento dos “homens da ciência”, leitores árdus das produções científicas europeias, marcando um cenário de supostas lutas pelo dito progresso de caráter científico da nação, como pontua Schwarcz (1993, p. 50), tendo em vista os olhares de estrangeiros voltados à demografia brasileira, valendo-se em teorias da inferioridade do negro e da valorização da superioridade da raça branca, assim como defendia Arthur de Gobineau (1816-1882), que detestando o país e aos brasileiros via-os como indiscutivelmente maculados pela miscigenação, mencionando a incrível feiura “como macacos” destes, conforme

³ A preocupação da transmissão das características adquiridas, conforme pregava a teoria de Lamarck, tinha nos “venenos raciais”, mencionados por Souza (2012), o alcoolismo, a sífilis, a promiscuidade sexual e outros males sociais vinculados aos negros e, por isso, se pregava a higiene, regeneração e limpeza racial maquiados de reforma do ambiente social e aos problemas sanitários e de saúde, presumindo ser provenientes dos negros e, assim, era necessidade primeira o controle dessa população em prol do melhoramento das raças futuras.

Skidmore (2012, pp. 69-72).

Dentro dessa perspectiva, enquanto as elites republicanas projetavam formas de manter o negro inferiorizado, marginalizado, enquanto um não-cidadão dando-lhes o “não lugar”, no *Jornal Pequeno* o negro e o pardo tinham um “lugar” nas publicações: apareciam nas páginas quando se mencionava a cor do indivíduo em casos de mortes, assassinatos e suicídios, assim como nas diversas vezes em que eram ligados as denúncias de desordens, pelas palavras de baixo calão proferidas, bebedeiras, roubo/gatunagem, “bruxaria/feitiçaria”, capoeiragens ou até mesmo sendo levados à Casa de Detenção do Recife.

Acerca das menções da cor dos indivíduos no *Jornal Pequeno*, percebe-se no caso de Francisco Victorino do Arsenal, jornalista, que caiu morto após ser vítima de uma síncope cardíaca, era “viúvo, moreno, de estatura regular, 31 anos [...]” (*Jornal Pequeno*, n. 210, 20 set. 1910. p. 2). Um outro caso, remonta a dois indivíduos, o Manoel Maria de Souza, vulgo “Manuel Grande” e Octaviano José da Silva, no qual ambos foram assistir um “torrado”, após isso, começou Manuel Grande dizendo-lhes que “negro não é gente” e daí começou a discussão. Octaviano irritado sacou um punhal e golpeou o peito de Manuel que morreu na hora; após a descrição dos fatos, o jornal mencionou que “o morto era pardo, casado e tinha 40 anos de idade presumível”, já o assassino “é preto, solteiro e 30 anos de idade” (*Jornal Pequeno*, n. 36, 14 fev. 1927. p. 2), e nada mais comentara o jornal sobre o caso.

Agia também de má fé o *Jornal Pequeno* quando “perseguia” trabalhadores do Porto do Recife, encabeçando o artigo com “Loucura ou carraspana?”, o título sugere a banalidade e indiferença ao caso do então desempregado Manoel Gomes de Oliveira, que possuindo a matrícula de embarcação e dispondo de seus papéis, decidiu voltar a estiva. Não encontrando vaga, de forma distraída colocou seus papéis numa mesa, esquecendo-os. Ao chegar na casa de sua companheira, vendo que esqueceu seus documentos, tenta suicidar-se mais de um vez, querendo se jogar de varanda abaixo, não conseguindo por o impedirem, foi chamada a polícia que levaram-no preso (*Jornal Pequeno*, n. 153, 11 jul. 1905. p. 1). O jornal, mais uma vez, se mostra apático e julgador de casos que descrevera rasamente, fazendo pouco caso da situação de um desempregado que tentou ceifar a vida, por esquecimento de seus documentos trabalhistas.

Na sessão “Humorismo” do *Jornal*, vê-se os redatores elaborando piadas de cunho racista, quando publicaram um filho perguntando ao seu pai se todos nós fomos feitos de pó; após o pai afirmar que todos viemos do pó, o filho pergunta novamente: “E os negros

também?”), o pai responde que sim, “todos” e por fim, o filho retruca: “então o papai do céu teve que moer muito carvão, não é?...” (Jornal Pequeno, n. 250, 5 nov. 1903. p.1).

Para além disso, a “perseguição” também se estendia às religiões de matriz africana, como já mencionado. Para tanto, tomando como referência a dissertação de Justino (2021, p. 16), sobre o controle das manifestações culturais afro-brasileiras e africanas no Recife do pós-abolição, atenta-se, primeiramente, para a contradição da Constituição da República de 1891 e o Decreto 119-A⁴, ao se dizerem garantidores do livre exercício de práticas religiosas. Dito isso, a não garantia da prática do catimbó, enquanto culto religioso da população negra, pode ser encarada dentro de uma conjuntura inerente aos de cor como uma “quase cidadania”. Ainda segundo Justino, num contexto de higienização, ordem e progresso, a prática do catimbó era tida como ilegal diante dos dispositivos legais do Estado, sendo penalizados e indiciados muitos de seus praticantes, destoando dos modelos previstos por uma elite recifense, sobretudo, branca. A partir disso, o Jornal Pequeno passou a legitimar perseguições, denúncias, batidas policiais e regulações aos “feiticeiros”, “catimbozeiros”, suas crenças e magias, apoiados inclusive por outras imprensas, como o Jornal do Recife e o Diário de Pernambuco. Como exemplo disso, a publicação “Facto Horroroso - Um caso de Necrophagia - Cadaver desenterrado em Ribeirão” retrata precisamente tais perseguições à cultura de matriz africana, em 1907, ao publicarem de forma sensacionalista e racista o caso de três mulheres conhecidas como “feiticeiras de catimbó”

[...] Vivem alli a explorar a credulidade alheia, por meio de cantorias, danças macabras e outras muitas cousas ridículas, à semelhança das que os pretos africanos executam em suas aldeias para tirar malefícios [...] estas mulheres, ignorantes como são faziam do catimbó uma espécie de culto [...] taes embustes[...] desenterraram o corpo de um preto, já em adiantado estado de putrefação e o levaram para casa. [...] para conseguirem o que desejavam, comer carne humana, e ellas, as desequilibradas, metteram em uma lata pedaços do cadáver, e o botaram fogo. [...] cosinhado, banquetearam-se, beberam aquelle caldo infecto, comeram a carne [...] (Jornal Pequeno, n. 17, 21 jan. 1907. p. 2).

A campanha de divulgação empreendida pelo Jornal Pequeno chegou até as habitações insalubres da população negra e pobre, os mocambos. Assim, com as reformas modernistas do Recife, antes mesmo da ditadura do Estado Novo e da atuação da Liga Social contra o Mocambo, de 1937, outros governos já haviam declarado amplas

⁴ Decreto n° 119-A, de 7 de janeiro de 1890, segundo a Legislação da Coleção de Leis do Brasil - 1890, página 10. vol. 1 (Publicação Original): “Prohibe a intervenção da autoridade federal e dos Estados federados em materia religiosa, consagra a plena liberdade de cultos, extingue o padroado e estabelece outras providencias” [sic].

manifestações e decretado medidas para “extinguir a mocambaria da cidade, substituindo-a por vilas populares”, de acordo com Gominho (1997, p. 60). Por sua vez, o Jornal Pequeno aderiu à campanha e publicou matérias defendendo a higienização do Recife e as derrubadas dessas habitações, assim, em uma das suas publicações, vê-se estampada na página 3, a imagem de um mocambo intitulado “A higienização do Recife - sulfuração de um mocambo nos Coelho” (Jornal Pequeno, n. 20, 25 jan. 1913. p. 3). A derrubada em si não era o suficiente na visão do Jornal, deveria-se “sulfurar”, ou seja, “enxofrar”, combinar ou misturar com enxofre, podendo destruir se usado com um componente químico corrosivo. Não somente, na matéria “Pela habitação da pobreza” diz-se do zelo e da preocupação que o governador da cidade trata o problema da habitação operaria, pois,

em nome da esthetica, da hygiene e da humanidade é preciso acabar com o mucambo, esta expressão, a mais africana, a mais ignobil da habitação [...] a iniciativa pratica da remodelação da casa do pobre é um dos melhores padrões da obra administrativa [...]. (Jornal Pequeno, n. 22, 28 jan. 1921. p. 3).

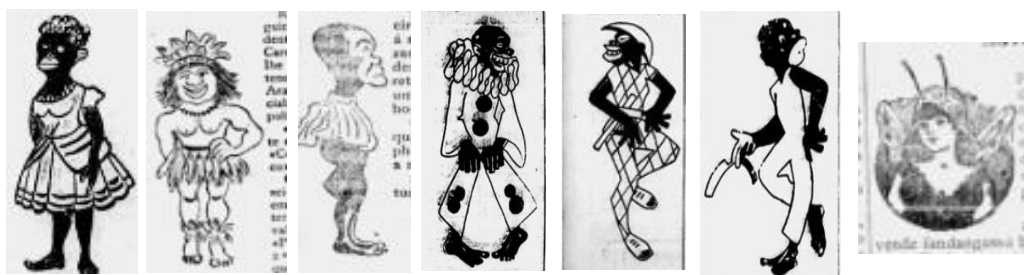
Evidentemente, não somente em nome da modernidade e da estética foram empreendidos o apoio a demolição dos mocambos fora, especialmente, uma aversão e combate ao que viera do africano, do negro e, portanto, pobre.

Ainda acerca da cultura negra, os capoeiras também foram alvos de “perseguições” do Jornal Pequeno, propagando a repressão dessas classes, uma vez que foram trazidos pelos negros de Angola, se utilizavam dela como um ritual de iniciação, passando por adaptações ao chegar no Brasil, pois, retratava um forte simbolo de resistência escrava, conforme alude Maia (2001, p. 126). Contudo, a capoeira foi disseminada em meados do XIX, entre os “negros ferreiros, serralheiros, carregadores e negros de ganho em geral, os quais se reuniam em espécies de confrarias, prestando juramento e fidelidade ao seu grupo” (Maia, 2001, pp. 126-127). Segundo a autora, com o passar do tempo a associação dos capoeiras foi direcionada a outras referências como, as bandas de músicas marciais, dos batalhões do Exército, da Guarda Nacional e também a polícia. Nesse sentido, em 1900, o Jornal Pequeno mencionou na matéria de nome “capoeiras”, no qual as autoridades precisariam cuidar de forma séria da “extinção dos capoeiras de frente de musica [...] estão por ultimo de uma afouteza condemnavel [...]”, e continuam, “[...] se elles se estragassem mutuamente, valeria deixal-os, mas é que alargam as attribuições e assim não devem continuar” (Jornal Pequeno, n. 107, 14 mai. 1900. p. 2). Em outra ocorrência sobre a mesma categoria, foi mencionado um policial

que, ao fazer seus exercícios em determinada rua, aproveitou o momento para dar “caça aos capoeiras”, interpretando o Jornal que “não perdeu seu trabalho a referida autoridade, que conseguiu capturar 41 dos taes desordeiros” (Jornal Pequeno, n. 107, 14 mai. 1900. p. 2).

Devido a diversificação da imprensa, proporcionada pela modernização das técnicas de produção, foram sendo incluídas nos repertórios jornalísticos as fotografias, as caricaturas e as charges que, por vezes, tratavam de temas problemáticos. Nas circunstâncias do Jornal Pequeno, não poderia deixar de haver a menção à população de cor: dessa vez, as menções eram de caricaturas alusivas aos negros e indígenas, interpretados enquanto representações de seus respectivos blocos de Carnaval. Vistos no “Clube Pequeno”, “Engomadeiras do Recife”⁵, “Costureiras”, “O Emboca”, “Angolão”, “Centro Pequeno”, “Varredores Públicos”, dentre outros clubes, se destacam as características representadas, vistas nas imagens abaixo:

Imagem 1- Representações racistas do negro e do indígena nas sessões de Carnaval do Jornal Pequeno, nos anos de 1911 e 1931



Fonte: Jornal Pequeno.

Logo, em comparação a última imagem acima - representada por uma pessoa branca e ainda que fantasiada de fada, é com certeza mais humana, em comparação às representações dos negros-, percebe-se que tais caricaturas, retrataram negros e indígenas de forma perjurativa e racista, ao destacar a anomalia com que retrataram as bocas e membros, assim como suas peles e feições apalermadas, muito se associam as *blackfaces*, encenadas em *minstrel shows*, nos EUA, populares nos séculos XIX e XX.

⁵ Os nomes dos títulos das nações carnavalescas mencionados aqui e assimiladas às caricaturas, condizem com a alusão ao trabalho manual dos populares de cor, muitas vezes aludindo mais de uma significação, como “Vassourinhas (1889), Pás (1890), Lenhadores (1897), Vasculhadores, Espanadores, Abanadores, Empalhadores [...]”, buscando partilhar os valores e práticas de seus ofícios, em que as elites julgavam ser visto somente a seus pares, segundo Araújo (1997, pp. 207-208).

Em 1930, a edição de número 55 do *Jornal Pequeno*, noticiou a exibição do filme o “O preto que tinha a alma branca”, na sessão “Theatros e Cinemas”, estrelando Conchita Piquer, Juan Carroasco e Raymond de Sarka, exibido no casino da Praça Joaquim Nabuco (*Jornal Pequeno*, n. 55, 8 mar. 1930. p. 2). A chamada para a exibição do filme foi amplamente divulgada pelo jornal nas páginas de anúncios, considerando o

[...] film verdadeiramente sensacional, não só pelas suas luxuosas scenas, como pelo seu enredo atraente. Peter Waid, um negro, tinha a elegancia de um aristocrata e uma bella intelligencia. Conseguiu com suas atitudes nobres, o amor de uma branca [...]” (*Jornal Pequeno*, n. 54, 7 mar. 1930. p. 2).

O filme era tido enquanto uma grande produção distribuído pelo “Programa Serrador”, de um romance considerado moderno e que tratava sobre o impedimento de um dançarino famoso, refinado e decente, que se apaixona por uma mulher branca, que não o corresponde amorosamente, justamente por ele ser negro.

Imagem 2 - Chamada para a exibição do filme “O preto que tinha a alma branca”, de 1930, pelo Programa Serrador.



Fonte: *Jornal Pequeno*.

A partir disso, diferentemente do que se divulgou à época, o dito romance moderno, “El negro que tenía el alma blanca”⁶, de 1922, se mostrou para além de um possível romance entre duas pessoas de etnias diferentes no século XX e dos cenários de requinte e modernidade no qual se passa o filme: tendo em vista das várias problemáticas que o enredo do filme apresenta, é necessário tecer um outro olhar sobre a obra. A primeira questão destacada aqui é que, das três⁷ produções cinematográficas, 1927, 1934 e 1951, desdobradas a partir do romance, as versões de 1927 e a de 1951⁸ foram

⁶ Considerada a produção mais conhecida de Alberto Insúa, escritor e jornalista cubano.

⁷ As três produções em questão são as versões dos filmes de 1927, realizada na Espanha com o Raymond de Sark e Conchita Piquer, dirigido por Benito Perojo; a de 1934, que contou com as atuações de Marino Barreto e Antonia Colomé e a de 1951, com atuação de Hugo del Carril.

⁸ Também foram as únicas versões que são facilmente encontradas, diferentemente da versão de 1934 que, até o presente momento, não foi encontrada.

protagonizadas por *blackfaces*. Somente a versão de 1934 contou com a interpretação de um homem de cor, porém, esta não será trabalhada aqui.

Imagem 3 - Capas das três versões do filme “El negro que tenía el alma blanca”, 1927, 1934 e 1951, respectivamente.



Fonte: Plataformas de filmes - Filmow e o IMDB.

Desse modo, a ascensão das *blackfaces* no mundo moderno, para além da “simples imitação do negro escravizado dos estados do sul” refletiu-se assim, dado o contexto do século XIX e XX no Brasil, a propagação da eugenia pelas elites intelectuais ao se dividir entre raças superiores e inferiores os brancos e os negros, além da preocupação em apagar o negro de sua própria existência, ao passo do contudente investimento no branqueamento da população brasileira. E no cinema, o ideal de embranquecimento não se fizera diferente.

O Jornal Pequeno, expressou o seu serviço à divulgação dos ideias do embranquecimento dos negros quando anunciou em suas páginas a “formidável e emocionante pellicula” (Jornal Pequeno, n. 54, 7 mar. 1930. p. 2). O filme⁹ trata de Peter Wald (Raymond de Sarka), um virtuoso dançarino de Charleston¹⁰-, que aprendeu a dançar a partir dos ensinamentos de uma mulher branca, a Mademoiselle Mary, enquanto ainda era garçom do El Patio, uma boate em Montmartre, na França. em outros tempos, a infância de Wald foi bastante dura, cresceu na casa dos Arencibia, família para qual sua mãe, uma antiga escravizada trazida da Europa trabalhava, e na qual se aflorou bastante antipatia dos filhos da patroa para com Wald, a ponto de proibi-lo a abraçar a filha mais

⁹ Produção em preto e branco, com 88m de duração, ao som de piano regendo todo o filme.

¹⁰ Dança frenética dos anos de 1920 nos EUA, um ritmo base de uma dança afro-americana com ênfase nos movimentos das pernas, que ganhou notoriedade após o fim da Primeira Guerra Mundial.

nova dos Arencibia, Piedad, de dividir os brinquedos e até receber empurrões e desprezo por Nestor Arencibia, irmão de Piedad. Com o passar dos anos, Wald se tornou criado do jovem Nestor, este, que continuava a tratar-lhes mal e dirigir palavras ofensivas; e por esse motivo, Wald agradece todas as bondades que a família tivera com ele, comunicando sua mudança de vida ao partir para Paris.

Antes mesmo do filme focar nas vivências de Wald, uma cena chama muito a atenção quando Emma Cortadell (Conchita Piquer), antes de dormir, se inquieta com um anúncio do “Papel de fumar bambú”, porém, no lugar do homem branco simpático do anúncio, um homem negro com olhares e sorriso sinistros; este é motivo que fez Emma se assombrar pelo resto da noite. As cenas a seguir, remontam ao pesadelo de Emma dado a partir do anúncio, tendo em vista que um homem negro a leva forçadamente a um tipo de ritual, esses estereotipados que se tem dos negros africanos: ela imagina um dos negros saltando da boca de um gorila, levando-na para um ritual macabro e de feitiços, ao mesmo tempo em que Emma apresenta a mais pura ingenuidade e delicadeza, associado às mulheres brancas, enquanto Peter Wald aparece e a beija a força¹¹. É a partir disso que se inicia a história de rejeição de Emma por Wald.

Evidentemente, a história de Wald e Emma mira em um possível romance mas atinge na repulsa que ela sente por ele, pelo simples fato dele ser negro: ascendeu socialmente através da fama, obteve seu bens, porém, era preto. Pelo convite de parceria de Wald no Charleston e por muita insistência do pai, Emma encobriu a sua repulsa de Wald e, por isso, pode-se entender Peter Wald enquanto um meio para ascensão social do qual se utilizou Emma e seu pai. Diz-se isso, pois, vê-se que Emma acaba por nutrir um sentimento por Wald, a cada dia que passam juntos devido às viagens para as apresentações de dança e ensaios, contudo, Emma sempre insistiu na amizade, a ponto de Wald conversar com o pai de Emma, Don Mucio Cortadell, dizendo-lhes que sofre de um mal: “sim, meu amigo. Estou doente. Minha doença é a cor da minha pele. Sinto que se minha pele fosse branca, poderia conquistar o coração de Emma.” A cor da pele de Wald, segundo afirma o dançarino, tornou-se a terrível luta de sua alma.

Em vista disso, o filme alude que, embora “mesmo com a elegancia de um aristocrata e uma bella intelligencia [...] com suas atitudes nobres” (Jornal Pequeno, n.

¹¹ Ambas as versões, 1927 e 1951, apresentam o esteriótipo de negros africanos, isto é, enquanto feiticeiros, contudo, a versão de 1951, é mais explorada a questão do ritual dotado de máscaras africanas, tambores, fogo, esqueletos (passando uma ideia de antropofagia) e com a participação de algumas pessoas negras nessa cena, see tecendo uma maior dramatização e esteriotipação desta cena. É também nessa versão que Emma se vê com o pior dos seus pesadelos: ser negra.

54, 7 mar. 1930, p. 2), isto é, dotado de atitudes reconhecidas a pessoas brancas, enquanto civilizadas, tais atitudes e os bons modos vistas em um negro, seriam de se estranhar e jamais poderiam ser associados à eles. Se constituiu assim o sentido da expressão “um preto de alma branca” posto que, apesar das suas atitudes, não foi o suficiente para merecer o amor de uma mulher branca. Isso se exprime no pensamento de Emma ao imaginar que um possível casamento com Wald, fruto do seu sacrifício, faria seu pai e o próprio Wald felizes mas, agradeceu ao dançarino e que apesar de o amar muito, como uma irmã, não poderia nunca ser sua esposa. Portanto, o diálogo final entre Emma e Peter Wald, quando este está a beira da morte - por tuberculose, fato que não se é dada tanta importância no filme; um mero detalhe - Emma lhe diz

É um crime civilizar os negros. Dar-lhes uma mentalidade branca enquanto não há como clarear a pele. Não te atormentes mais Peter...querido Peter, eu te prometo que quando se curar serei tua. Serei tua esposa...Te amo porque tua alma é branca como a neve. (El negro que tenía el alma blanca, 1927, 88min).¹²

Ao compreender que o “lugar” relegado ao negro, considerando as publicações do *Jornal Pequeno* e o contexto eugenista da época, completava-se na ideia de inferioridade racial que “o negro não se relacionava socialmente, não tinha família, era um desagregado por natureza, cujos sentimentos oscilavam da indiferença e apatia à mais cruel violência. Preenchia deste modo a figura do criminoso em potencial”, segundo afirma Azevedo (2004, p. 69). No caso de Peter Wald, o dançarino de Charleston, parafraseando o psiquiatra Fanon (2008, p. 108), só precisaria não ser preto, tendo em vista que, conforme o filme, Wald morreu mais pelo desgosto por Emma não entregar-lhes o seu amor por ser negro do que pela própria doença que o arrebatou. Portanto, a dureza das palavras ditas por Emma “é um crime civilizar os negros. Dar-lhes uma mentalidade branca enquanto não há como clarear a pele”, verifica a Wald o sentimento de inexistência, desprezo e esquecimento, até ser visto como favorável o único final trágico que lhes é reservado: a morte.

Isto posto, neste trabalho, foi primordial entender o lugar de poder e prestígio que tinha o *Jornal Pequeno* e, sobretudo, a necessidade de rever os discursos e ideais que foram difundidos ao se propagar a República, em nome da modernidade, higiene,

¹² Ainda, na versão de 1951, Emma chora a partida de Peter Wald pedindo para que não a deixe, seguido da cena final que chega para “consolar” o público: “...e o espírito de Peter se elevou para o reino onde todas as almas são iguais...”.

civilidade, ordem e progresso, pois, é pelo encantamento do novo em detrimento do passado que se cometeram barbáries e conferiram a uma população, especialmente a de cor, o lugar nenhum, a não-cidadania, a não humanidade, e por isso, passíveis de serem mortos e assassinados.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, R. de C. B. de. **Carnaval do Recife: a alegria guerreira**. Estudos Avançados, [S. l.], v. 11, n. 29, p. 203-216, 1997. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8980>. Acesso em: 27 ago. 2023.

ARRAES, Marcos Alexandre. **Embates discursivos: a modernidade no Recife na primeira metade do século XX**. Albuquerque: Revista de História, Campo Grande, MS, v. 3. n. 5. p. 115-134, jan./jun. 2011. Disponível em:

<https://periodicos.ufms.br/index.php/AlbRHis/article/view/3973/3169>. Disponível em: 30 mar. 2022.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário da elites, século XIX**. 3. ed. São Paulo: Annablume, 2004.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Legislação Informatizada** - Decreto nº 119-A, de 7 de Janeiro de 1890 - Publicação Original. Brasília: Câmara dos Deputados - Palácio do Congresso Nacional. [s.d]. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-119-a-7-janeiro-1890-497484-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 5 out. 2023.

CARVALHO, José Murilo de. Utopias republicanas. *In: A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

CARVALHO, José Murilo de. O Rio de Janeiro e a República. *In: Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

COHEN, Ilka Stern. Diversificação e segmentação dos impressos. *In: História da Imprensa no Brasil*. MARTINS, Ana Luiza, LUCA, Tania Regina de. 2. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2021.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. *In: História da Imprensa no Brasil*. MARTINS, Ana Luiza, LUCA, Tania Regina de. 2. ed., 3ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2021. p. 23-45.

ENGEL, Magali Gouveia. Educação, sanitarismo e eugenia: o negro e a construção da identidade nacional nos debates científicos da Primeira República (1889-1930). *In: História do pós-abolição no mundo Atlântico: identidades e projetos políticos*.

Niterói: EDUFF, v. 1, 2013.

FANON, Frantz. **Pele Negra, Máscaras Brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

JUSTINO, Anderson Antonio de Santana. **Práticas do Catimbó: o advento da República e o controle das manifestações culturais africanas e afro-brasileiras no pós-abolição, Recife (1889-1929)**. 2021. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife, 2021. Disponível em:

<https://www.pgh.ufrpe.br/sites/default/files/testes-dissertacoes/PR%C3%81TICAS%20DO%20CATIMB%C3%93%20-%20O%20advento%20da%20Rep%C3%ABlica%20e%20o%20controle%20das%20manifesta%C3%A7%C3%B5es%20culturais%20africanas%20e%20afro-brasileiras%20no%20p%C3%B3s-aboli%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 3 out. 2022.

NASCIMENTO, Luiz do. Jornal Pequeno. *In: História da Imprensa de Pernambuco (1821-1954)*. Recife: Imprensa Universitária. Vol. II (Diários do Recife 1829-1900), 1966.

REZENDE, Antônio Paulo. **(Des) encantos Modernos: histórias da cidade do Recife na década de XX**. 2. ed. Recife: FUNDARPE, 2016.

SETTE, Mário. Capítulo II: Povo que vira Capital. *In: Arruar: história pitoresca do Recife Antigo*. 4. ed. Recife: Cepe, 2018. p. 44-94.

SOUZA, Vanderlei S. de. **As idéias eugênicas no Brasil: ciência, raça e projeto nacional no entre-guerras**. Revista Eletrônica História em Reflexão, [S. l.], v. 6, n. 11, 2012. Disponível em:

<https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/1877>. Acesso em: 3 abr. 2023.

SCHWARCZ, Lilia M. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

SKIDMORE, Thomas E. **Preto no Branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Filmes

El negro que tenía el alma blanca. Direção: Benito Perojo. Roteirista: Alberto Insúa. Espanha, 1927. 88min. Disponível em:

https://www.youtube.com/watch?v=Pwk_VEoft0Q&t=3365s. Acesso em: 22 ago. 2023.

El negro que tenía el alma blanca. Direção: Hugo del Carril. Roteirista: Eduardo Borrás, Carlos Fernández Cueva, Alberto Insúa. [s.l.], 1951. 82min. Disponível em: <https://ok.ru/video/1520992193114>. Acesso em: 23 ago. 2023.

Periódico

- Jornal Pequeno**, Recife, n. 17, 21 jan. 1907. p. 2
- Jornal Pequeno**, Recife, n. 20, 25 jan. 1913. p. 3
- Jornal Pequeno**, Recife, n. 22, 27 jan. 1911. p. 2.
- Jornal Pequeno**, Recife, n. 22, 28 jan. 1921. p. 3
- Jornal Pequeno**, Recife, n. 36, 14 fev. 1927. p. 2
- Jornal Pequeno**, Recife, n. 19, 24 fev. 1911. p. 4.
- Jornal Pequeno**, Recife, n. 54, 7 mar. 1930. p. 2
- Jornal Pequeno**, Recife, n. 55, 8 mar. 1930. p. 2
- Jornal Pequeno**, Recife, n. 107, 14 mai. 1900. p. 2
- Jornal Pequeno**, Recife, n. 153, 11 jul. 1905. p. 1
- Jornal Pequeno**, Recife, n. 210, 20 set. 1910. p. 2
- Jornal Pequeno**, Recife, n. 250, 5 nov. 1903. p.1
- Jornal Pequeno**, Recife, n. 273, 5 dez. 1910. p. 2